

FACULDADE TECSOMA  
Arquitetura e Urbanismo  
Ética e prática profissional

Thalita dos Reis Pereira

**Resenha Crítica**

**AOT 1- código de ética CAUBR: Um estudo de caso**

Paracatu

**2018**

A abordagem do artigo é sobre o exercício da profissão do arquiteto e urbanista, seus deveres, sua competência na hora de projetar e executar o projeto, seus direitos e atribuições, também sobre as responsabilidades do órgão responsável pelas leis tratadas neste artigo, o CAU/BR ( Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) e o CAU's ( Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal) assim como também os direitos e deveres dos clientes, ou seja, o contratante.

No início da primeira página mostra o leque das possibilidades que o arquiteto tem em sua profissão que vai das áreas que envolvem áreas de estudo de viabilidade, ensino, elaboração de orçamento, produção, quanto condução de obra, planejamento Urbano, projeto paisagístico, restauro que envolve patrimônios históricos , culturais e artísticos e várias outras funções que pertencem ao arquiteto e urbanista por se tratar de áreas que no decorrer da sua formação foi estudado e trabalhado.

Todos os profissionais de arquitetura e urbanismo e os acadêmicos desta profissão ( estudantes) tem como obrigação conhecer este artigo, porque ele revela a forma como o profissional de arquitetura e urbanismo deve se comportar conforme a ética da profissão para a sociedade e entre si, ou seja de profissional para profissional.

Um dos pontos mais fortes é sobre o conhecimento de alguns meios para evitar em que o arquiteto e urbanista seja prejudicado e sofrer com as consequências por não ter executado algumas precauções, como por exemplo, o arquiteto deve estar em dias com o pagamento que o permite executar sua profissão tanto em projetos como lecionando em sala de aula, assim também efetuando o registro de responsabilidade técnica, a famosa RRT.

Essa RRT, dita explicitamente sobre sua necessidade na vida do profissional, para evitar que em caso de algum problema na execução da obra, por exemplo: aquele setor em que o arquiteto não foi responsável, acabou tendo problemas, mas o próprio não fez o registro de que aquele setor não era responsabilidade dele, pode cair como responsabilidade do arquiteto, e sofrer com processos, multas e até mesmo suspensão da sua atividade como arquiteto e urbanista.

No decorrer do artigo mostra a preocupação de forma breve do CAU para o arquiteto, descrevendo em cada tópico os direitos dos Arquitetos tanto em atividades como em caso da sociedade ou de outro profissional contratar seus serviços e agir de forma mal intencionada, como por exemplo pegar sem autorização seu projeto e copiá-lo, ou o cliente agir de má fé, ele pode recorrer ao

CAU, que o ajudará nessas causas, assim também o cliente pode recorrer ao mesmo órgão caso o arquiteto e urbanista haja de má fé.

Ao analisar todos os parágrafos, o Conselho de arquitetura e urbanismo do Brasil, tem tentado ser “ justo” com todos, dando direitos e deveres tanto para a sociedade quanto para o profissional arquiteto e urbanista. Como este órgão é novo em relação ao CREA que é um órgão em que arquitetura estava envolvida até se criar o CAU e separá-los da engenharia e agronomia. A arquitetura tendo a sua própria casa deu mais voz e tornou possível ser, somente Ela, foco para maior visibilidade, para proporcionar condições para valorizar a área da arquitetura e do urbanismo e do próprio arquiteto e urbanista.